

ÍNDICE

CAPÍTULO I - O DIREITO PENAL

1. Conceito do Direito Penal.....	17
2. Direito Penal objetivo e subjetivo	18
3. Direito Penal material e formal	19
4. Características do Direito Penal	19
5. Divisões do Direito Penal	20

CAPÍTULO II - OS CÓDIGOS PENAIS DO BRASIL

1. O Código Criminal do Império	23
2. O Código Penal de 1890	24
3. A Consolidação das Leis Penais	24
4. O Código Penal de 1940	25
5. O Código Penal de 1969	25
6. A Reforma Penal de 1984	25

CAPÍTULO III - AS FONTES DO DIREITO PENAL

1. Conceito e distinção	27
2. Fonte material ou de produção	27
3. Fontes formais ou de cognição ou de conhecimento	28
3.1 Fonte formal imediata.....	29
3.2 Fontes formais mediatas	30
3.2.1 Costume	30
3.2.2 Princípios gerais de direito	32
3.2.3 Ato administrativo.....	33
3.3 Plebiscito e referendo como fontes do Direito Penal.....	33

CAPÍTULO IV - NORMA PENAL E LEI PENAL

1. Introdução	35
2. Classificação das Leis Penais	36
3. As Leis Penais em Branco	38
3.1 Classificação	40
3.1.1 Leis penais em branco homogêneas ou em sentido lato	40
3.1.2 Leis penais em branco heterogêneas ou em sentido estrito	41
3.1.2.1 A lei penal em branco na nova Lei de Drogas.....	42

4. Tipos Penais Abertos	43
5. Destinatários da Lei Penal	43
6. Interpretação da Norma Penal	44
6.1 A interpretação quanto ao sujeito: autêntica, doutrinária e jurisprudencial	45
6.1.1 A súmula vinculante	46
6.2 A interpretação quanto aos meios: gramatical e lógica	47
6.3 A interpretação quanto ao resultado: declarativa, extensiva, restritiva e ab-rogante	49
6.4 O Princípio "In Dubio Pro Reo"	50
6.5 A interpretação progressiva	51
6.6 A interpretação conforme a Constituição	51
6.7 A interpretação analógica	52
6.8 Distinção entre analogia, interpretação analógica e interpretação extensiva	54

CAPÍTULO V - ANALOGIA

1. Introdução: os mecanismos de integração	57
2. Conceito, Natureza Jurídica e Fundamento	58
3. Terminologia	58
4. Requisitos	59
5. Espécies	59
5.1 Analogia legal e analogia jurídica	59
5.2 Analogia <i>in malam partem</i> e analogia <i>in bonam partem</i>	60
5.2.1 Analogia <i>in malam partem</i>	60
5.2.2 Analogia <i>in bonam partem</i>	61
5.2.3 As normas excepcionais	62
6. A analogia e o processo penal	64

CAPÍTULO VI - PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

1. Histórico	67
2. Reações à reserva legal	69
3. Aspectos do Princípio da Reserva Legal	70
3.1 Aspecto Político	70
3.2 Aspecto Jurídico	71
4. Desdobramentos do Princípio da Reserva Legal	71
4.1 <i>Lex Praevia</i> – a anterioridade da lei penal	72
4.2 <i>Lex Scripta</i> – a inadmissibilidade dos costumes	73
4.3 <i>Lex Stricta</i> – a inadmissibilidade da analogia <i>in malam partem</i>	74

4.4 <i>Lex Certa</i> – a taxatividade da lei penal	75
4.4.1 A taxatividade e os tipos penais abertos	75
4.4.2 A taxatividade e as normas penais em branco.....	76
4.4.3 A taxatividade e as sanções disciplinares na LEP	78
5. O Princípio da Reserva Legal e as contravenções penais	79
6. O Princípio da Reserva Legal e as medidas de segurança.....	80
7. O Princípio da Reserva Legal e as medidas provisórias	80
8. O Princípio da Reserva Legal e o Princípio da Legalidade	83
8.1 Legalidade Material e Legalidade Formal	84

CAPÍTULO VII - EFICÁCIA DA LEI PENAL

1. Âmbito de eficácia da lei penal.....	85
2. A lei penal no tempo	86
2.1 O nascimento da lei penal	86
2.2 A revogação da lei penal.....	87
2.3 Conflitos de leis penais no tempo	88
2.3.1 A <i>lex mitior</i>	90
2.3.1.1 A <i>abolitio criminis</i>	90
2.3.1.1.1 A Lei nº 11.106/05.....	92
2.3.1.2 A <i>novatio legis in melius</i>	93
2.3.2 A <i>lex gravior</i>	93
2.3.2.1 A <i>novatio legis</i> incriminadora	94
2.3.2.2 A <i>novatio legis in pejus</i>	94
2.3.3 Competência para aplicação da lei mais benéfica	95
2.3.4 Dúvida quanto à lei mais benéfica	96
2.3.5 Combinação de leis (<i>lex tertia</i>).....	97
2.3.5.1 A minorante do artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06.....	98
2.3.6 Lei Intermediária	100
2.3.7 <i>Lex Mitior</i> e o período de <i>vacatio legis</i>	101
2.3.8 Lei inconstitucional e o Direito Intertemporal.....	102
2.3.9 A lei publicada erroneamente.....	103
2.3.10 A retroatividade da jurisprudência	104
2.3.11 Lei Processual.....	106
2.3.11.1 As normas híbridas	107
2.3.11.1.1 O artigo 366 do Código de Processo Penal	107
2.3.11.1.2 A prisão provisória.....	108
2.3.11.1.3 O regime de cumprimento da pena	109
2.4 Leis Penais Temporárias e Excepcionais.....	109

2.4.1 A ultratividade	110
2.4.2 O fundamento	110
2.4.3 A auto-revogação	110
2.4.4 A retroatividade da lei posterior.....	111
2.4.5 As leis penais em branco e o direito intertemporal.....	111
2.4.5.1 A lei penal em branco homogênea.....	111
2.4.5.2 A lei penal em branco heterogênea.....	112
2.4.5.3 O cloreto de etila e a Resolução 104/2000-ANVISA	113
2.5 O tempo do crime.....	115
2.5.1 A importância	115
2.5.2 As Teorias	116
2.5.3 Efeitos	117
2.5.3.1 A imputabilidade.....	117
2.5.3.2 Os crimes permanentes	117
2.5.3.3 Os crimes continuados.....	118
2.5.3.4 Os crimes habituais.....	119
2.5.3.5 Os crimes de estado	120
2.5.3.6 A prescrição	120
2.5.3.7 As medidas de segurança.....	120
3. A lei penal no espaço.....	120
3.1 A eficácia da lei penal brasileira.....	120
3.2 Direito Penal Internacional e Direito Internacional Penal	121
3.3 Os princípios.	122
3.3.1 O princípio da territorialidade	122
3.3.2 O princípio da nacionalidade.....	122
3.3.3 O princípio da defesa	123
3.3.4 O princípio da justiça penal universal.....	123
3.3.5 O princípio da representação	124
3.4 A territorialidade.....	125
3.4.1 O território nacional.....	126
3.4.2 As embarcações e aeronaves – o território brasileiro por extensão.....	127
3.4.2.1 Os navios	127
3.4.2.2 O mar territorial	129
3.4.2.3 As aeronaves	130
3.5 O lugar do crime (<i>locus delicti</i>).....	130
3.5.1 As teorias	131
3.5.2 Os delitos de espaço mínimo e os delitos de espaço máximo - o crime a distância.....	132

3.5.3 A regra da detração (art. 8º do Código Penal)	133
3.5.4 Hipóteses de adoção da Teoria da Ubiquidade	134
3.5.5 Regras especiais	135
3.5.5.1 No Código de Processo Penal	135
3.5.5.2 No Tribunal do Júri	135
3.5.5.3 Na Justiça Federal	136
3.5.5.4 Na Justiça Militar	138
3.5.5.5 Na Justiça Comum	139
3.5.5.6 Outras regras	140
3.6 A extraterritorialidade	141
3.6.1 Introdução e conceito	141
3.6.2 Formas de extraterritorialidade	143
3.6.2.1 A extraterritorialidade excepcional incondicionada	143
3.6.2.2 A extraterritorialidade excepcional condicionada	144
3.7 As contravenções penais	150
3.8 A regra do <i>non bis in idem</i>	150
3.9 A eficácia da sentença penal estrangeira	151
3.10 A Intraterritorialidade	154

CAPÍTULO VIII - O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

1. Introdução	155
2. O Estatuto de Roma: noções gerais e limites impostos pela Constituição brasileira	156
2.1 Noções Gerais	156
2.2 O Ato de Entrega	157
2.3 O Princípio da Coisa Julgada	160
2.4 A Prisão Perpétua	162
2.5 A Prescrição	164
3. Conclusão	167

CAPÍTULO IX - A EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS

1. Introdução	171
2. As imunidades diplomáticas	172
2.1 A extensão da imunidade diplomática	173
2.2 Características da imunidade diplomática	173
2.3 A imunidade consular	174
3. As imunidades parlamentares	175
3.1 A imunidade absoluta	175

3.1.1 Outras características	177
3.2 As imunidades relativas	177
3.2.1 A imunidade processual	178
3.2.2 A imunidade prisional	179
3.2.3 A imunidade para servir como testemunha	180
3.2.4 A imunidade parlamentar durante o estado de sítio	180
3.2.5 O foro especial por prerrogativa de função	181
3.2.5.1 A permanência do foro especial após a cessação do exercício funcional	181
3.3 As imunidades dos deputados estaduais	183
3.4 A imunidade dos vereadores	183
3.5 A imunidade dos advogados	184
3.6 A imunidade judiciária	184

CAPÍTULO X - AS DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I

1. Introdução	187
2. A contagem do prazo	187
3. As frações não computáveis da pena	190
4. A legislação especial	190

CAPÍTULO XI - O CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Introdução	193
2. Os requisitos	194
3. O conflito aparente de normas e o conflito de leis penais no tempo	195
4. O conflito (ou concurso) aparente de normas e o concurso de crimes	195
5. Os princípios	196
5.1 O princípio da especialidade (<i>lex specialis derogat legi generalis</i>)	196
5.1.1 Características do princípio da especialidade	197
5.1.2 O artigo 12 do Código Penal	198
5.1.3 O conflito entre normas especiais	198
5.2 O princípio da subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	200
5.2.1 A subsidiariedade expressa	201
5.2.2 A subsidiariedade tácita	201
5.2.3 Diferenças entre especialidade e subsidiariedade	202
5.3 O princípio da consunção ou absorção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	203

5.3.1 O crime complexo	205
5.3.2 O crime progressivo	205
5.3.3 A progressão criminosa.....	207
5.3.4 O fato anterior não punível.....	208
5.3.4.1 Diferença entre <i>antefactum</i> impunível e crime progressivo.....	209
5.3.5 O fato posterior não punível	209
5.4 O princípio da sucessividade	209
5.5 O princípio da alternatividade.....	210

CAPÍTULO XII - PRINCÍPIOS MODERNOS ACOLHIDOS PELO DIREITO PENAL

1. Introdução	213
2. O princípio da dignidade da pessoa humana	214
3. O princípio da culpabilidade	215
4. O princípio da intervenção mínima ou da subsidiariedade.....	216
5. O princípio da fragmentariedade.....	217
6. O princípio da proporcionalidade	217
7. O princípio da insignificância ou bagatela.....	219
8. O princípio da irrelevância penal do fato	222
9. O princípio da adequação social	222
10. O princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	223
11. O princípio da pessoalidade ou intranscendência ou responsabilidade penal pessoal	224
12. O princípio da individualização da pena.....	225
13. O princípio da humanidade	225
14. O princípio da alteridade ou transcendentalidade	226
15. O princípio da responsabilidade pelo fato	227
16. O princípio da confiança.....	228
17. O princípio do estado de inocência	229
18. O princípio do <i>ne bis in idem</i>	229
19. O princípio da constitucionalidade das normas penais	230
20. O princípio da complementariedade	230
21. O princípio da necessidade concreta da pena	231
22. O princípio da ofensividade do fato	231
23. O princípio da auto-responsabilidade.....	232
24. O princípio da vedação à conta corrente.....	233
25. O princípio da lesividade	233

Questões de concursos públicos	235
Gabarito	255
Bibliografia	257